

Intervenção da Senhora Ministra na Cerimónia de Assinatura dos Autos de Transferência de Competências na Área da Cultura

Museu Francisco Tavares Proença Júnior (Castelo Branco) – 15 de março

Exma. Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública,

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local,

Exma. Senhora Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural

Exmos. Senhores Autarcas aqui presentes,

Exmo. Senhor Diretor-Geral do Património Cultural,

Exma. Senhoras Diretoras Regionais de Cultura,

Exmas. Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que hoje assinamos estes autos de transferência de competências na área da Cultura para os Municípios, dando, assim, continuação ao processo de descentralização que iniciámos em setembro de 2020, em Idanha-a-Nova, e que continuámos em junho do ano passado, em Abrantes.

Este processo, assente no princípio da subsidiariedade e numa relação de confiança institucional e de diálogo entre o Governo e as autarquias locais, dá corpo a um dos princípios essenciais da democracia, que é o da proximidade. Proximidade entre a administração central e a administração local, proximidade entre os centros de decisão e os territórios, proximidade entre os cidadãos e o seu património cultural.

A descentralização, que serve de base a um sistema pluralista da Administração Pública, está ao serviço da democracia, reforçando os seus alicerces e realizando o direito de participação dos interessados no exercício da função administrativa.

As decisões tomadas de forma próxima às pessoas possibilitam uma participação mais ativa, uma maior eficácia na resolução de questões concretas e um reforço da coesão territorial. É a participação ativa e envolvida dos cidadãos que permite a melhor realização dos seus interesses e a descentralização na área da cultura vem promover esta dimensão.

Com este processo é, assim, incentivado um amplo acesso à cultura e uma maior proximidade às populações, promovendo-se a coesão territorial, social e económica e reforçando-se a atração de visitantes, tendo em conta o potencial dos equipamentos culturais. A vasta experiência municipal na gestão de equipamentos culturais deixa antever os efeitos positivos deste processo ao nível da melhoria da acessibilidade à cultura.

O acesso ao património cultural constitui uma expressão do exercício de cidadania, sendo um instrumento primordial para fortalecer a identidade das comunidades e para preservar a nossa memória. O património cultural como fator de desenvolvimento, seja humano, social ou económico não é uma hipótese, não é um ensaio pensado, é a estratégia e o objetivo último das nossas políticas públicas na área da cultura: aproximar territórios, condições sociais e níveis de fruição cultural.

A proteção e a valorização do património cultural português, considerado excepcional pela sua singularidade e heterogeneidade, têm forte impacto, não apenas na atratividade do nosso país e das nossas regiões, mas principalmente no reforço da

cidadania e da responsabilidade social, sendo relevante o papel dos equipamentos culturais em prol de um desenvolvimento sustentável.

As políticas públicas deste Governo na área do património cultural têm sido claras e firmes. Por um lado, temos reforçado de forma muito significativa o investimento na preservação e salvaguarda do património cultural, nomeadamente do edificado, mas também na digitalização do nosso valiosíssimo acervo de bens culturais móveis, que é ao mesmo tempo uma forma de salvaguarda e uma ferramenta de estudo de inestimável valor. Por outro lado, este Governo tem promovido uma participação ativa de todos neste processo, nomeadamente dos municípios, ciente de que a defesa do património cultural é uma responsabilidade nacional, mas, também, uma responsabilidade comum.

Foi assim no Plano de Recuperação e Resiliência, mas já era assim num trabalho de cooperação sempre proveitoso entre a Direção-Geral do Património Cultural, as Direções Regionais de Cultura e os municípios, que um pouco por todos o país tem promovido a preservação e salvaguarda do nosso património cultural.

O património cultural é, assim, um marcante ativo social e económico, que exige uma gestão e um investimento estruturados com envolvimento de todos - o Estado, os Municípios e a sociedade civil. O património cultural é um recurso inestimável, com uma capacidade única de potenciar a atratividade turística do nosso país e de proteger a identidade e o orgulho local e nacional, lembrando as pessoas da sua história e do que nos une.

Manifesto, por isso, o meu agradecimento aos Municípios que hoje partilham connosco este esforço, por assumirem o compromisso e a responsabilidade na valorização e na

conservação do nosso património cultural. É uma colaboração mutuamente enriquecedora e que se espera que venha a contribuir para reforçar ainda mais a salvaguarda, promoção e difusão do património cultural português.

Muito obrigada,

Graça Fonseca